

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

DISCUSSÃO SOBRE A DICOTOMIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL E NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À LUZ DO PROJETO ÉTICO- POLÍTICO DA PROFISSÃO

DISCUSSION ON THE DICHOTOMY BETWEEN THEORY AND PRACTICE IN SOCIAL WORK AND SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN LIGHT OF THE PROFESSION'S POLITICAL ETHICAL PROJECT

Fernanda Cristina Pimentel de Matos¹

Hudson Andrey Correa da Costa²

Naiara G. Holanda Lima³

RESUMO

A discussão sobre a indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social, fomentou a reflexão desse artigo, visto que a racionalidade capitalista de pensar privilegia as formas pragmáticas e utilitaristas de teorias que potencialize o modo de produção capitalista, corroborando para um pensamento que na prática a teoria é outra. O objetivo do artigo é refletir sobre a importância do projeto ético-político da profissão na superação do pensamento fragmentado reiterado de separação entre teoria e prática e seus rebatimentos da profissão e na compreensão das políticas sociais com recorte na assistência social. Metodologicamente utilizou-se da pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e com uma perspectiva crítica, trazendo a discussão sobre a dicotomia entre teoria e prática no serviço social e na política de assistência social. O produto da reflexão da temática enfatiza a necessidade de formação profissional qualificada e balizada na perspectiva crítica para superar as armadilhas das fragmentação e dissociabilidade entre teoria e prática que torna-se muito caro à profissão e para a compreensão do movimento contraditório das políticas sociais com recorte do assistencial.

¹ Acadêmica do curso de Serviço Social 6º período da Escola Superior Batista do Amazonas- ESBAM. E-mail: nandamatos2002@gmail.com.

² Docente do Curso de Serviço Social da Escola Superior Batista do Amazonas-ESBAM. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia-UFAM. E-mail: hudsonandrey@yahoo.com.br.

³ Coordenadora do Curso de Serviço Social da FAMETRO-AM. Mestre em Serviço Social- UFAM:E-mail:naiaraholanda1@gmail.com.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistência; Assistencial; Projeto ético-político.

ABSTRACT

The discussion about the inseparability between theory and practice in Social Work has fostered the reflection of this article, given that capitalist rationality of thinking privileges pragmatic and utilitarian forms of theories that enhance the capitalist mode of production, corroborating a thought that in practice the theory is another. The objective of the article is to reflect on the importance of the ethical-political project of the profession in overcoming the reiterated fragmented thinking of separation between theory and practice and its repercussions of the profession and in the understanding of social policies with a focus on social assistance. Methodologically, bibliographic research was used, with a qualitative approach and with a critical perspective, bringing the discussion about the dichotomy between theory and practice in social work and in social assistance policy. The product of the reflection of the theme emphasizes the need for qualified professional training and guided in the critical perspective to overcome the pitfalls of fragmentation and dissociability between theory and practice that becomes very expensive to the profession and for the understanding of the contradictory movement of social policies with a focus on assistance.

Keywords: Social Service; Assistance; Assistential; Ethical-political project.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado surge de reflexões sobre a desvinculação entre teoria e prática no trabalho profissional do assistente social e nos diversos espaços sócio-ocupacionais que esse profissional atua, com recorte na política de assistência social em que as formas de enfrentamento às expressões da questão social e o direcionamento das ações do Estado nessa área encobrem, muitas vezes, as consequências da relação de exploração do capital sobre o trabalho. Mediante a situação apresentada, problematiza-se sobre a importância da apropriação do Projeto Ético-Político da profissão em ser balizador da superação da fragmentação que na prática a teoria é outra, desconstruindo perspectivas teóricas utilitaristas e pragmáticas que recaem na profissão e principalmente na política de assistência social.

O trabalho tem por finalidade refletir sobre a importância do projeto ético-político da profissão na superação do pensamento fragmentado reiterado de separação entre teoria e prática e seus rebatimentos da profissão e na compreensão das políticas sociais com recorte na assistência social. Discute-se sobre a dimensão utilitária e pragmática do trabalho profissional

que sem a devida vigilância teórica em apreender o movimento do real para compreender os processos, o trabalho profissional esvazia-se política e socialmente, bem como a discussão realizada sobre o conceito de assistência e a ação assistencial do Estado no encobrimento das relações contraditórias e antagônicas entre capital e trabalho.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa tece uma discussão a partir de uma perspectiva crítica, tendo objetivo da pesquisa quanto aos seus fins, explicativa. A pesquisa quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica, onde nos debruçamos na discussão teórica de diversos autores que possibilitaram discutir os conceitos de serviço social, assistência e assistencial e projeto ético-político, favorecendo uma aproximação crítica aos processos fragmentadores da teoria e prática. Quanto a abordagem do objetivo adotou-se a qualitativa visto as necessárias discussão e apreensão do movimento do real para compreender a temática proposta em voga.

2 A DISCUSSÃO DA FRAGMENTAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL

O estudo aborda a interação crucial entre teoria e prática no contexto do trabalho do Assistente Social, tendo como pano de fundo a consolidação do projeto ético-político da profissão na política de assistência social. É preciso discutir a fragmentação ideopolítica entre teoria e prática na sociedade capitalista. Para compreender essa discussão, é essencial definir os conceitos-chave de teoria e prática e explorar o significado da expressão "na prática a teoria é outra".

Teoricamente, o campo do Serviço Social se baseia em conhecimento sistematizado, fundamentado em princípios éticos, valores sociais e análises críticas das estruturas sociais. O conhecimento não se apresenta de forma fragmentada, mas como uma totalidade, uma totalidade concreta e complexa, que requer análise, síntese, crítica e sistematização (Iamamoto, 2009). No âmbito do Assistente Social, a teoria abarca o entendimento das políticas públicas, dos direitos humanos, da justiça social e do projeto ético-político da profissão. Em contrapartida, a prática envolve a aplicação desse conhecimento teórico na realidade concreta, por meio de intervenções profissionais, articulação com políticas sociais e defesa de direitos.

A expressão "na prática a teoria é outra" destaca a tensão e, por vezes, a discrepância entre as concepções teóricas e a realidade prática. Esse fenômeno é particularmente relevante

na sociedade capitalista, onde as dinâmicas sociais, políticas e econômicas frequentemente desafiam ou distorcem as teorias e ideais conceituais. No contexto do Serviço Social, essa lacuna requer a adaptação das teorias à complexidade das demandas sociais, a busca por estratégias eficazes de intervenção e a reflexão contínua sobre o compromisso ético-político da profissão.

Segundo Guerra (2005) não é demais lembrar que esta separação entre teoria e prática encontra-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo. Os fundamentos da sociedade capitalista desempenham um papel crucial na perpetuação do pensamento que fragmenta a relação entre teoria e prática no trabalho do Assistente Social. A lógica do capitalismo, centrada na busca pelo lucro, na competição econômica e na valorização do individualismo, cria um ambiente propício para a distorção das teorias e ideais e sua aplicação prática. A princípio, a lógica capitalista valoriza a eficiência e a produtividade, muitas vezes em detrimento de valores humanitários e éticos. De acordo com Guerra (2005), Esta concepção de prática acaba por superestimar a experiência sustentando-se na assertiva de que “só se aprende a fazer, fazendo”. Isso pode levar a uma pressão por resultados imediatos e quantificáveis, que nem sempre estão alinhados com as complexidades das demandas sociais e as nuances das teorias sociais. Além disso, a sociedade capitalista tende a criar desigualdades estruturais e injustiças sociais, o que impacta diretamente o trabalho do Assistente Social.

A fragmentação ideopolítica entre teoria e prática na sociedade capitalista é um tema de grande relevância para o Serviço Social. Nesse sentido, diversas abordagens têm sido propostas para lidar com essa questão. Uma delas é a necessidade de uma formação profissional sólida, que integre teoria e prática desde o início da formação acadêmica. A formação acadêmica deve ser concebida como um processo que articula teoria e prática, instrumentalizando o estudante para compreender a complexidade das relações sociais e para intervir de forma qualificada na realidade. (Netto, 2014).

Isso não se restringe apenas ao domínio dos conhecimentos teóricos, mas também à capacidade de aplicá-los de forma crítica e contextualizada na prática profissional. Para Prates (2017), não podemos intervir naquilo que desconhecemos. Ademais, a atuação do Assistente Social na política de assistência social requer constante atualização e adaptação às transformações sociais, políticas e econômicas. Isso implica em estar atento às demandas emergentes, às novas formas de exclusão social e às oportunidades de intervenção e resistência.

Netto (2006) ressalta que, as correntes mais marcantes da fragmentação entre teoria e

prática, presente na formação e no exercício profissional, podem ser identificadas na prevalência da racionalidade pragmática e utilitarista. A divisão entre teoria e prática no âmbito do Serviço Social frequentemente enfatiza a presença de abordagens utilitaristas e pragmatistas no planejamento e implementação das ações profissionais. Apesar de terem suas aplicações em certos contextos, essas abordagens têm desafios e limitações que apoiam a separação entre prática e teoria. Por exemplo, o utilitarismo coloca ênfase na maximização do bem-estar social e na busca por resultados mensuráveis e imediatos. Essa abordagem frequentemente prioriza a eficiência e a racionalidade econômica, podendo negligenciar considerações éticas, valores humanitários e a intrincada teia de relações sociais. Isso pode resultar em intervenções sociais simplificadas, concentrando-se exclusivamente em soluções de curto prazo, sem abordar as raízes estruturais das expressões da questão social. Guerra (2013) menciona que, de administração de conflitos ou tecnologia de solução de problemas, à profissão demandam-se resultados imediatos que alterem alguma variável do contexto social, do cotidiano no qual os sujeitos receptores de sua ação profissional inserem-se. Por outro lado, o pragmatismo valoriza a flexibilidade, a adaptabilidade e a busca por soluções que funcionem na prática, independentemente de suas bases teóricas. Embora essa abordagem possa ser útil para lidar com situações emergenciais e complexas, também pode resultar em ações desarticuladas e desvinculadas de uma análise crítica mais aprofundada. Nesta perspectiva, podemos considerar que a atitude pragmática é característica própria da unidade imediata entre teoria e práxis.

2.1 O ASSISTENCIAL COMO OCULTAMENTO DA LUTA DE CLASSE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência como conceito ligado às relações sociais perpassa diversas formas de manifestações e organizações sociais de assistir alguém quanto as respostas as suas necessidades mais básicas dentro de uma relação social em que as condições de exploração e expropriação, fomenta um conjunto de desigualdades sociais que coloca os sujeitos em condições de subalternidade diante de uma relação de poder, porque suas necessidades humanas mais básicas se tornam moeda de troca nas relações sociais.

O mundo dos homens como bem aponta Lessa (2012) aponta que são os homens que criam e recriar suas condições objetivas e políticas a partir do mundo do trabalho, sendo o

trabalho a mediação entre o homem e a natureza e entre os próprios homens na construção da realidade, do mundo concreto. São pelas relações sociais entre esses homens que o mundo material, a partir de seus movimentos contraditórios, antagônicos e processuais, que incidem sobre as condições peculiares da ontologia do próprio ser, ou seja, o ser humano constrói sua própria história a partir das relações sociais. Mas para que isso aconteça, “ A primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza” (Marx, 1998, p.10), assim, para o ser humano construir o mundo material, deve ter condições primeiro de satisfazer suas necessidades biológicas mais básicas, satisfeitas essas necessidades, o ser humano cria outras.

Nas diversas formas de produção humana, ou o desenvolvimento de suas forças produtivas, da propriedade tribal à capitalista, as formas de proteção ou assistência para os que não conseguiam, pelo trabalho, responder suas necessidades mais básicas, foram utilizadas de diversas formas, da repressão a benesses. Martinelli (2006) faz um resgate histórico da prática da assistência em seu processo de racionalização, apontando que foi uma prática utilizada ao longo da sociabilidade humana, principalmente pelas confrarias que tinha por finalidade, auxiliar os viajantes pelo deserto, sendo posteriormente deslocado suas ações, do campo para as cidades para auxiliar nas necessidades materiais da maioria da população que se encontravam sem as condições necessárias para sobrevivência.

surgimento do Cristianismo fomentou novas formas de realizar a prática da assistência, envolvendo o atendimento material da produção e reprodução das necessidades mais básicas das pessoas, vinculada com o trabalho espiritual de caridade. Porém, a benemerência como ato de solidariedade com o outro que não tinha suas necessidades respondidas dá lugar a práticas de dominação. (Sposati, 2003).

A assistência em uma sociedade que o desenvolvimento das forças produtivas era incipiente e a produção da riqueza era escassa, o número de pessoas que vivenciavam situações de precárias condições de vida e de sobrevivência se intensificou nas sociedades pré-capitalistas, tendo a igreja como organizadora da racionalização da prática de assistência com forte apelo a caridade e ao trabalho espiritual para os que se encontravam nessa situação, porém, essas práticas eram permeadas por relação de poder e controle dos subalternos.

A assistência é capturada como forma de dominação e submissão de sujeitos sociais que não tinham suas necessidades respondidas, seriam submetidas a processos de repressão em

troca de acesso a materiais que pudessem garantir sua sobrevivência, foi o que aconteceu na Lei dos Pobres na Inglaterra do ano de 1351 no Reinado III a Nova lei dos Pobres da Rainha Elizabeth I de 1598 como bem aponta Pereira (2009). Nesse período a assistência se caracteriza pela ação do Estado no combate a “vagabundagem” utilizando de ações punitivas e repressivas pelo trabalho compulsório.

A primeira forma de racionalização da assistência pelo Estado se dá com forte teor punitivo e repressivo, tendo como pano de fundo, o discurso de que as condições pelo qual a população vivenciava a pobreza era a sua negação ao trabalho, sendo que para ter assistência deveriam, compulsoriamente, trabalhar.

Sobre essa intervenção do Estado na regulação e controle das pessoas que vivenciavam privações básicas a sua sobrevivência Sposati corrobora ao elucidar o conceito de assistencial que é “ uma das características em que se expressão a ação do Estado nas políticas governamentais de corte social [...] imprime o caráter de emergências às políticas sociais”(2003, p.22), nesse sentido, as formas de enfrentamento às diversas formas de pobreza ou pelas carências de produção e reprodução da vida material e espiritual da população se deu por ação assistencial do Estado por vezes repressiva e punitiva, por outras pela benemerência.

Na transição do feudalismo para o capitalismo, com a promulgação da nova lei dos pobres com forte influência liberal e a necessidade de mão-de-obra para a expansão capitalista nas indústrias, proporcionam a criação de mecanismos de acumulação da força de trabalho nas cidades a ser utilizado como “brasa a ser queimada” pelo capitalismo no intuito de crescimento da produção.

A crítica ferrenha dos liberais à Lei dos pobres e a reformulação desta mesma lei em 1834, combatia toda forma de assistência aos “pobres”, pois acreditavam que os valores liberais de autoajuda tornariam as pessoas protagonistas de sua própria vida, sem ter a necessidade de ações assistenciais que garantissem as respostas às suas sobrevivências, o que ocasionou a diminuição drástica da assistência à população.

No contexto capitalista, a assistência é apropriada como forma de controle das necessidades da classe trabalhadora, sendo contraditoriamente, um mecanismo de ampliação de cidadania dos trabalhadores. No cerne do contexto capitalista, a burguesia como classe, implantou no modo de produção baseado na propriedade privada e na exploração da força de trabalho das pessoas, força motriz da expansão e consolidação da sociedade capitalista. A relação social de produção que se caracteriza na exploração da força de trabalho de milhares

de pessoas para a produção de mercadorias e que era apropriado pelos donos dos meios de produção e que essa relação de espoliação e expropriação gerava um conjunto de desigualdades e ao mesmo tempo resistências à essas condições, teve no processo de racionalização da assistência terreno fértil para a regulação da força de trabalho.

A ação assistencial do Estado Capitalista, “está imbricada na relação capital-trabalho, se faz nas sequelas da exploração da força de trabalho que por sua vez, se expressam nas precárias condições de vida das classes subalternizadas” (Sposati, 2003, p.28). A assistência na ação assistencial do Estado Capitalista é permeada pela emergência, pois atende de imediato as carências materiais de respostas as necessidades humanas mais vitais, tornando-se mecanismo de submissão e controle da classe trabalhadora.

O Estado capitalista ao racionalizar a assistência via ação assistencial, contraditoriamente, mantém as condições mínimos de respostas sociais às condições de sobrevivência da classe trabalhadora, na produção e reprodução de sua vida material e espiritual, corroborando para uma regulação da força de trabalho a partir de suas necessidades mais vitais e rebaixa as condições de salários mediante ao salário indireto que caracteriza essa ação assistencial do Estado nos moldes do Keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social por meio de políticas sociais.

As políticas sociais do Estado de Bem-Estar Social decorrente do pacto entre capital e trabalho, cujo ação não superou a contradição inerente ao capitalismo, calcadas “no modelo assistencial consagram formas populistas de relação e a benevolência enquanto forma de atendimento às necessidade de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas”(Spostati, 2003, p28), escamoteado que a ação assistencial do Estado, para responder as necessidades da produção e reprodução da vida material dos trabalhadores, atua diretamente nas consequências do modo de produção capitalista, porém demonstra que a resposta às expressões da questão social por meio de políticas sociais também é fruto da organização política dos trabalhadores de respostas as situações de miséria e espoliação no qual se encontram.

A assistência por meio da ação Assistencial do Estado capitalista, por meio de políticas sociais, esconde por meio de prestação de serviços e provimentos materiais as sequelas da luta de classe. As consequências sociais e políticas do modo de produção capitalista para a classe trabalhadora se evidencia pelas expressões da questão social que vivenciam cotidianamente, cujo condições de enfrentamento na sociedade de mercado é quase escasso, pois o processo

de espoliação pelo qual vivência, não permite muitas das vezes satisfazer suas necessidades mais básicas. Essas condições se intensificam para os trabalhadores que se encontram desempregados ou fora do circuito do trabalho, cujo formas de sobrevivência são as mais variáveis.

Diante das condições de precarização da vida material dos trabalhadores explorados pelo capitalismo e/ou expulsos do mercado de trabalho, e no contexto de ofensiva do capital para superar suas crises, as políticas sociais de corte assistencial se reorganizam de diversas formas, sendo prática filantrópica, benemerente por vezes, punitiva e repressão noutras vezes e contraditoriamente, espaço de busca pela cidadania, pelo reconhecimento como direitos.

No Brasil a assistência à população espoliada, expropriada pelo capitalismo torna-se marca constante do binômio coerção/benemerência, cujo formas de proteção social se deu pela sociedade civil a partir da década de 30. A partir da década de 40, a ação assistencial do Estado Brasileiro, utiliza a assistência como uma instancia de subcidadania, ficando a sociedade civil responsável, por meio de uma rede de filantropia e benemerência, pelos cuidados e assistência aos trabalhadores empobrecidos.

A trajetória da assistência nas políticas sociais no Brasil teve a marca da benemerência e da subalternidade para os trabalhadores que se encontravam à margem do mercado de trabalho, relegando a essa população, prestações de serviços e benefícios aquém das respostas necessárias as suas condições de vida. Essa trajetória é marcada pela descontinuidade, fragmentação, poucos investimentos, garantia de mínimo social e seletividade no acesso aos serviços e benefícios e principalmente, terceirização do atendimento e a ingerência do Estado nesse processo, contudo, em 1988 com a aprovação da Constituição Federal, a Assistência passa a ter status de política pública de seguridade social, e desde então, a assistência vem permeando em uma linha tênue entre benemerência/filantropia e reconhecimento como direito social.

2.2 SUPERAÇÃO DO PENSAMENTO FRAGMENTADO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL E NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A relação entre a profissão e a política de assistência social se entrecruzam historicamente desde as protoformas do surgimento do Serviço Social e a racionalização da assistência como ofensiva capitalista para dominar e desarticular, pelas necessidades humanas,

a classe trabalhadora que estava a ser organizada politicamente como classe social. Ambas, tanto a profissão como a política social, alienaram-se no processo de construção e identidade na sociedade capitalista, que como mágica, destrói todas as mediações necessárias para apreender o movimento do real e sua ligação com a totalidade dos fenômenos, calcando no pensamento racional abstrato burguês o poder miraculoso de encobrir o movimento do real obscurecendo o entendimento pela razão e pelo intelecto, a compreensão das mediações que vislumbrem entender, criticamente, as amarras que aprisionam e alienam.

Tanto a profissão de serviço social como a assistência na política social foram forjadas na categoria do imediato, com respostas práticas-empíricas e instrumentais para a resolutividades dos processos sociais pelo qual o capital sentia-se ameaçado, no caso, a articulação política da classe trabalhadora. Tanto o serviço social e a racionalização da assistência, tinham o caráter utilitarista e imediato (Guerra, 2005), dificultando assim, o desvelamento das tramas do interesse de classe da burguesia em submeter e subjugar aos seus interesses, a classe trabalhadora.

Guerra (2005) aponta que essa dicotomia entre teoria e prática, se dá com a fragmentação típica da divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo, dividindo de um lado quem pensa e do outro quem executa. Assim, o escamoteamento da essência dos fenômenos na sociedade capitalista descarta toda teoria que não corresponde, de imediato, as exigências da prática da produção capitalista e sua expansão econômica, social, política e ideológica.

O processo pelo qual a profissão passou no que Kosik(1965) chama de pseudoconcreticidade, em que as concepções teóricas, ora obscurecia o olhar sobre a realidade e outras vezes, fortalecia os contornos conservadores do trabalho profissional nas políticas sociais e sua relação com a população, teve seu processo de superação no decorrer da história brasileira.

O projeto profissional chamado projeto ético-político, se cristaliza a partir da década de 90 fruto de movimentos contraditórios e antagônicos na sociedade capitalista brasileira, principalmente à aproximação da profissão à tradição marxista e marxiana. Historicamente o serviço social balizou o projeto profissional em diversas vertentes teóricas, de acordo com sua força política e hegemônica em determinado contexto social.

Entende-se por projeto profissional como uma “auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos, funções, formulam os requisitos para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento profissional”

(Netto, 2006, p.4), ou seja, é um projeto coletivo de uma profissão que, alicerçado ao projeto societário, conduz seu direcionamento social como profissão e no serviço social tivemos 5 grandes projetos profissionais.

Os projetos profissionais no início da profissão no Brasil, traziam as marcas do conservadorismo vinculados à igreja, à modernização conservadora, a reatualização conservadora e contraditoriamente, com diversas mudanças engendradas no país, no corpo da profissão a partir da intervenção do Estado no enfrentamento às expressões da questão social, o movimento que ficou conhecido como Intenção de Ruptura com o conservadorismo que permeava a profissão. Essa vanguarda de profissionais que deram corpo, de forma hegemônica na profissão, corroboraram na consolidação, posteriormente, do projeto ético-político.

A marca das contradições políticas e teóricas da profissão e sua intenção de ruptura com o conservadorismo, entendendo que o projeto ético-político é um “produto das relações societárias que marcam a construção da identidade dessa profissão e sua categoria profissional, conferindo uma unicidade, um corpo à profissão”(Silva, 2012, p.19), fomentou na cristalização de um projeto profissional vinculado com os valores do projeto societária da classe trabalhadora que defende uma sociedade mais justa, igualitária, sem exploração da força de trabalho, e emancipada. Esse amadurecimento do projeto profissional da profissão se deu pelo acúmulo intelectual e político da profissão à aproximação e uso da Teoria Crítica para apreender o movimento do real e suas contradições, colocando-se como profissão, no centro da crítica para a superação da alienação.

A aproximação da tradição marxista e posteriormente marxiana, impulsionaram mudanças qualitativas na profissão, corroborando para o esforço, quanto projeto profissional, de superação das amarras da alienação e da pseudoconcreticidade que o capitalismo envolve as percepções e a razão humana. A materialidade do projeto ético-político da profissão se deu pelas dimensões: política, formativa e legal.

Na dimensão política a profissão vincula-se ao processo de superação do contexto ditatorial que o Brasil passa naquele contexto, direcionando sua dimensão política para valores de liberdade, democracia, cidadania e direitos sociais (Netto, 2006).

Na dimensão formativa, com a apropriação da teoria social crítica, tem um novo direcionamento na formação profissional baseado em novas perspectivas com a aprovação das Diretrizes curriculares de 1993, que traz uma nova proposta de formação numa perspectiva crítica sobre a profissão, sociedade e o capitalismo, apreendendo a teórica crítica como

balizadora de apreensão do movimento do real, superando a superficialidade dos processos e entendendo a essências dos fenômenos e seu movimento no processo histórico capitalista. E a dimensão legal da profissão que tem na aprovação do Código de Ética da profissão em 1993 e da lei de regulamentação da profissão de 1993, valores e normas balizadores da profissão com os usuários, outros profissionais e as instituições, com valores que defendam a democracia, participação, justiça social, cidadania e o fortalecimento dos movimentos sociais. Essas novas bases de auto-imagem da profissão a partir da perspectiva crítica possibilitou superar a alienação quanto ao movimento do real e seus mecanismos que engendram o escurecimento da mediações para compreensão da totalidade da realidade bem como suas particularidades.

A superação da dicotomia e fragmentação entre teoria e prática na profissão e na política de assistência social à luz do projeto ético-político é apreender o movimento do real com suas diversas mediações superando a fragmentação e a aparência de que o objeto é a-histórico, petrificado na realidade, mas entender que a profissão dentro de qualquer espaço socio-ocupacional é permeada por contradições e interesses diversos, que a assistência no âmbito das políticas sociais e mais especificamente na política de assistência social é permeado também por forças políticas contraditórias e antagônicas, e que as bases teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa fundada nas bases da teoria crítica, possibilitam superar a alienação utilitarista e pragmática da profissão e das políticas sociais, abrindo flancos de possibilidades de participação popular na construção e direcionamento de políticas sociais que expressam a luta de classe e a organização política da classe trabalhadora na universalização e concretização dos direitos sociais. Uma formação profissional sólida em bases teóricas/metodológicas críticas, e sua apreensão no trabalho interventivo do assistente social, possibilita superar o jargão que na prática a teoria é outra, tanto no trabalho profissional como nas políticas sociais, principalmente de recorte assistencial. A apreensão das dimensões pertinente ao Projeto Ético-Político tanto político, legal e formativo, forjam profissionais competentes em decifrar a realidade e o movimento turvo da realidade que encobre suas diversas mediações e a essência dos fenômenos.

3 CONCLUSÃO

A discussão levantada sobre na prática a teoria é outra, torna-se primordial para a categoria profissional, principalmente em tempos de ofensiva capitalista, em que as

engrenagens do capitalismo escondem-se e projetos elitistas de fragmentação e ocultamentos dos processos sociais, reificando os processos mentais da população e da classe trabalhadora no processo de alienação constante, faz-se urgente fazer frente a essa ofensiva. Passamos por uma pandemia que colocou os seres humanos em perigo constante, mas foi o período que os movimentos de negação da ciência, da perspectiva crítica de análise da realidade e suas contradições foi ocultado, forjando práticas que foram de encontro aos direitos sociais duramente conquistados e o pior, profissionais que se formaram na matriz curricular crítica, defender governo ultraliberal com discursos antidemocráticos, antidireitos humanos, anticidadania.

O cenário no qual saímos da pandemia e visualizamos a ascensão da ultradireita com discursos de ódio, discriminação e desmantelamento de direitos sociais conquistados historicamente, acende a luz vermelha para nós profissionais, para reafirmamos o compromisso ético e político da profissão no desocultamento da realidade e de suas tramas, do posicionamento para uma sociedade mais democrática e que amplie a cidadania, superando a armadilha do capitalismo que é alienar e coisificar as pessoas, assumindo posturas interventivas que garanta o desvelamento da assistência como processo contraditória e consequência da luta de classe, apropriando-se dessa dimensão como espaço também de ampliação da participação e da consolidação da cidadania.

REFERÊNCIAS

- GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE–Campus Cascavel, 2005.
- KOSIK, Karel; NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Dialética do concreto. Milão: Bompiani, 1965.
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- MARTINELLI, M. L. Serviço social: identidade e alienação. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.
- PEREIR, Potyara A. P. Política social: Temas & questões.-2.ed.-São Paulo:Cortez, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. Cortez Editora, 2018.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. “Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo?. *Argumentum*, v. 9, n. 2, p. 161-171, 2017.

XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana/ Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 355-365, 2014.